

Análise das prescrições médicas que chegam a uma drogaria na cidade de Muriaé (MG): uma abordagem farmacoepidemiológica

Paulo Victor de Oliveira **SANTOS**¹ (paulovictorfarmacia@yahoo.com.br), Juliana Maria Rocha e Silva e **CRESPO**²

1. Graduando do curso de Farmácia da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
2. Farmacêutica bioquímica; mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo avaliar a qualidade de 393 prescrições médicas atendidas em uma drogaria que dispõe do programa governamental “Aqui tem Farmácia Popular” e a prevalência dos medicamentos mais prescritos por esse sistema. Os resultados obtidos foram insatisfatórios, uma vez que foram evidenciadas prescrições com ausência e/ou sem clareza de informações importantes para o tratamento.

Palavras-chaves: prescrições de medicamentos, farmacoepidemiologia, programa governamental.

Introdução

As prescrições médicas são uma ordem escrita por profissionais devidamente habilitados, que dirigida ao farmacêutico, confere-lhe as condições que o medicamento deva ser utilizado, para instruções ao uso e possíveis acompanhamentos farmacoterapêuticos, assim como, sua correta dispensação, certificando-se que o paciente ou o cuidador esteja informado da maneira como proceder o tratamento medicamentoso (AGUIAR, 2006).

No geral, todas as prescrições devem apresentar algumas informações cruciais para permitir que o farmacêutico constate possíveis erros antes da dispensação do fármaco.

Devem ser legíveis, apresentar os dados relacionados ao paciente e ao médico prescritor, o medicamento prescrito deve conter suas informações a respeito da quantia a ser dispensada, a forma farmacêutica, a dosagem e a posologia; não apresentar nenhum equívoco, além de datadas e assinadas com clareza para uma possível comunicação entre o prescritor, o farmacêutico e o paciente (AGUIAR, 2006).

Entende-se como o uso racional de medicamentos, quando se tem uma prescrição apropriada, a disponibilidade oportuna do fármaco requerido, a dispensação em condições adequadas, o consumo nas doses e pelo período de tempo indicado na prescrição e nos intervalos definidos de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade (SILVERIO, 2010).

Na prevenção de erros relacionados a medicamentos, reconhece-se que as prescrições têm um papel fundamental, sendo que, prescrições rasuradas,

incompletas e ilegíveis podem comprometer a eficiência da dispensação, da orientação e a maneira que o paciente ou o cuidador vai administrar o tratamento farmacológico, colocando em risco a qualidade da assistência farmacêutica (FERRARI. 2013).

Por uma iniciativa do Governo Federal foi criado o programa “Farmácia Popular do Brasil” que tem por objetivo principal a ampliação do acesso de toda a população aos medicamentos. Por meio da Portaria nº 491, em 09 de março de 2006, o Ministério da Saúde expandiu o Programa Farmácia Popular do Brasil, chamando “Aqui Tem Farmácia Popular”, mediante o credenciamento da rede privada de farmácias e drogarias com o objetivo de levar o benefício da aquisição de medicamentos essenciais a baixo custo ou gratuitamente a mais lugares e a mais pessoas (PORTAL DA SAÚDE, 2014).

Este trabalho teve por objetivo avaliar a qualidade de prescrições médicas que foram atendidas em uma drogaria que dispõe do programa governamental “Aqui tem Farmácia Popular”, e avaliar a prevalência dos medicamentos mais prescritos por esse sistema.

I – Material e métodos

O estudo proposto, de caráter descritivo e transversal, foi realizado em uma drogaria na cidade de Muriaé (MG) que dispõe do programa governamental “Aqui tem Farmácia Popular”. Foram avaliadas prescrições médicas que chegaram para dispensação referente ao ano de 2013 e que foram dispensadas através deste mesmo programa.

A amostragem utilizada foi de 393 prescrições oriundas de Unidades Básicas de Saúde do SUS e de consultórios particulares, analisando as informações obrigatórias segundo o Manual de Orientação Básica para prescrições (MADRUGA; SOUZA, 2011).

Foram averiguados os seguintes itens nas prescrições: responsabilidade do médico prescriptor (nome, inscrição no Conselho Regional com a sigla da respectiva unidade da federação, endereço e telefone do prescriptor, assinatura e carimbo); nome e endereço do paciente; data de emissão da prescrição, forma farmacêutica, dose e posologia do medicamento.

Também foi aferido o tipo da receita (manuscrita ou digitada), e avaliada a prevalência dos medicamentos mais comuns do programa “Aqui tem Farmácia Popular”.

II – Resultado e discussão

Em todas as prescrições analisadas foram encontrados o nome do paciente e os dados relacionados ao médico prescriptor, porém, apenas duas do total de 393 apresentaram o endereço do paciente.

Apesar de os medicamentos destinados a serem dispensados através do programa governamental “Aqui tem farmácia popular” necessitarem da presença do paciente ou cuidador devidamente regularizado por lei para poder obter os medicamentos, o endereço do

paciente é fundamental para poder promover, se necessária, a comunicação entre o farmacêutico e o paciente, o que de certa forma fica impedido com a ausência dessa informação.

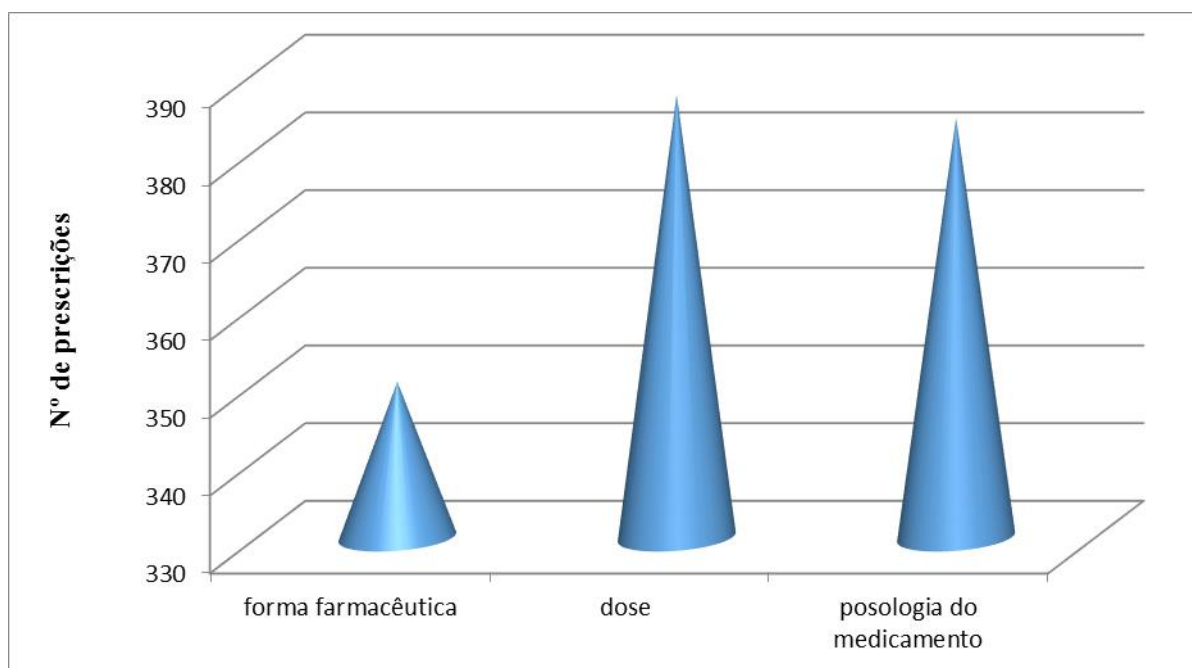
A maior parte das prescrições observadas foram manuscritas, cerca de 85%, o que pode propiciar a ilegibilidade das mesmas, fazendo que as prescrições digitalizadas sejam mais seguras.

A prescrição é a ordem médica dirigida ao farmacêutico para o cumprimento da terapia medicamentosa do paciente. A falta de informações nas prescrições, pode interferir com a comunicação entre os profissionais, prejudicando-a e levando a erros de medicação ao paciente. Prescrições incompletas impedem a eficiência do trabalho de dispensação dos medicamentos, colocando em risco a qualidade da assistência farmacêutica ao paciente (SILVERIO, 2010).

No Gráfico 1, pode-se observar os dados relacionados aos fármacos prescritos. A quantidade a ser dispensada não foi levada em consideração, pois cada prescrição destinada aos fármacos disponibilizados através do “Aqui tem Farmácia Popular” tem duração de 120 dias de tratamento, com exceção dos anticoncepcionais, que a duração é de um ano.

Dessa forma, os medicamentos são dispensados gradativamente no intervalo de 1 mês, para que a quantia a ser dispensada supra a duração do tratamento farmacoterapêutico sem comprometer a validade dos fármacos e obter o melhor controle, visando o uso racional de medicamentos.

GRÁFICO 1 – Dados relacionados aos fármacos prescritos



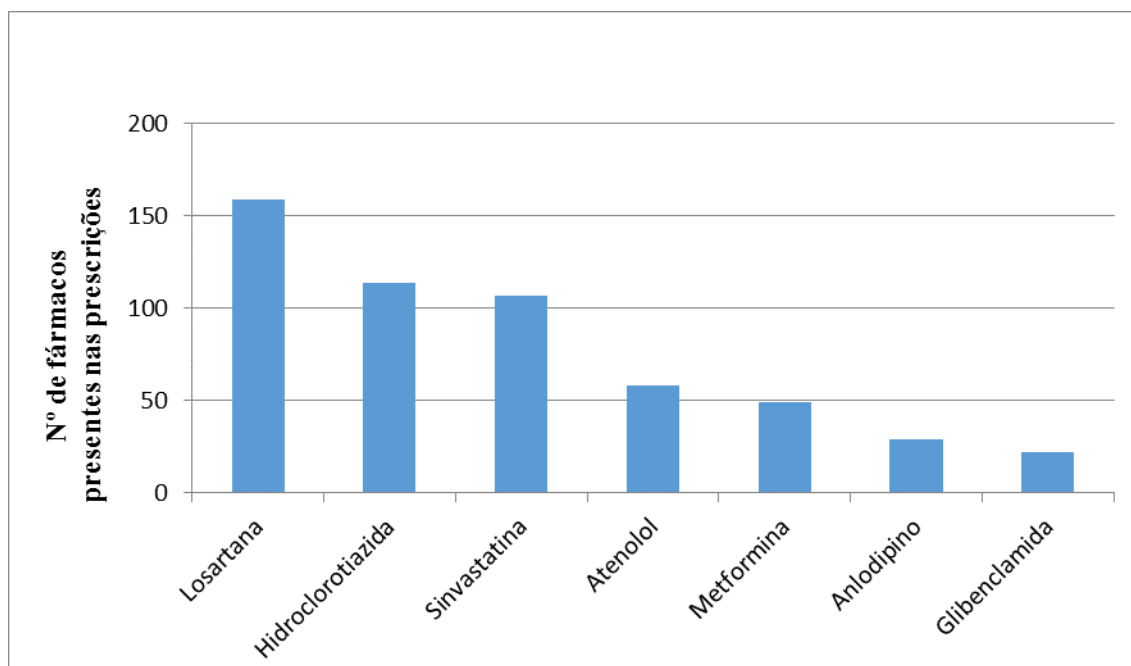
Em 98% das prescrições analisadas havia a dose do fármaco a ser dispensado. Nas prescrições sem a presença clara desta informação, os fármacos só foram dispensados após a confirmação da concentração da droga. Em 2% das prescrições em análise não constou a posologia do medicamento. Isto pode confundir o paciente ou o cuidador na administração do tratamento, sendo um grande contribuinte para problemas relacionados a medicamentos.

De todas as prescrições analisadas, em 89% constaram corretamente a forma farmacêutica. A apresentação farmacêutica confere ao fármaco sua biodisponibilidade. Considerando que um mesmo fármaco pode se apresentar em mais de uma forma, essa informação passa a ser importante para diferenciar um medicamento de outro.

São vários os medicamentos disponibilizados pelo programa “Aqui tem Farmácia Popular”, o que ajuda muitas famílias que antes não possuíam condições financeiras para comprá-los. Atualmente, esses medicamentos estão sendo disponibilizados por um preço acessível ou totalmente gratuito. De todos os medicamentos disponibilizados, destacam-se os grupos dos anti-hipertensivos e antidiabéticos, que são as classes mais prescritas evidenciadas nesta pesquisa.

O Gráfico 2 relaciona quais fármacos foram mais evidenciados nas prescrições da análise desenvolvida.

GRÁFICO 2 – Fármacos mais prescritos observados dentre as 393 prescrições analisadas



Alguns medicamentos que não constam no gráfico, mas que foram encontrados na pesquisa, não foram contabilizados por haver poucas prescrições evidenciadas.

De todos os fármacos encontrados, a Losartana é o medicamento mais comum entre eles, foi quantificado 159 prescrições contendo o referido anti-hipertensivo.

De todos os medicamentos encontrados nas prescrições avaliadas, nenhum está isento do risco de sub ou superdosagem, o que reforça a importância de uma prescrição de boa qualidade. Além dos fármacos prescritos encontrados serem designados ao programa governamental “Aqui tem Farmácia Popular”, todos são destinados a tratamentos com longo período de tempo, o que significa que, se houver algum erro que passe despercebido pelos profissionais de saúde, o paciente corre sérios riscos com problemas relacionados a medicamento.

É de suma importância que as prescrições tenham legibilidade e sejam esclarecedoras, para quando o paciente ou o cuidador precisar de informações referentes à administração do fármaco. A grafia ou a falta de informação não devem ser obstáculos ou gerar dúvidas.

III – Considerações finais

Através da avaliação da qualidade das prescrições médicas, julga-se necessário como medida profilática que todas contenham as informações claramente definidas, propiciando eficiência na dispensação e atenção farmacêutica, bem como a utilização correta e segura de medicamentos pelo paciente.

Referências

AGUIAR, Geysa et al. Ilegibilidade e ausência de informações nas prescrições médicas: fatores de risco relacionados a erros de medicação. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Universidade de Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 89-91, 2006. Disponível em: <<http://www.saudedireta.com.br/docsupload/133987067040819205.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FERRARI, C. K. B. et al. Falhas na prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos: um problema de Saúde Pública. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 34, n. 1, p. 109-116, 2013. Disponível em: <http://servbib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/2262/1370>. Acesso em 12 jul. 2014.

MADRUGA, Célia Maria Dias; SOUZA, Eurípedes Sebastião Mendonça de. **Manual de orientações básicas para prescrição médica**. 2. ed. rev. e amp. Brasília: Conselho Federal de Medicina; Conselho Regional de Medicina da Paraíba, 2011. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/cartilhaprescimed2012.pdf>>. Acesso em 14 set. 2014.

SILVERIO, Marcelo Silva; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem farmacoepidemiológica. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v. 56, n. 6, p. 675-680, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302010000600016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 12 jul. 2014.

PORTAL DA SAÚDE. Ministério da Saúde. **Farmácia popular**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/346-ctie-raiz/daf-raiz/farmacia-popular/11-farmacia-popular/9678-farmacia-popular-do-brasil>>. Acesso em 13 set. 2014.